

2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
RESUMO NÃO TÉCNICO

Novembro 2023

Discussão Pública

Ficha Técnica:

Título:	Segunda Revisão do PDM de Paredes
Data de produção:	Outubro de 2023
Versão:	Pós 3. ^a reunião plenária.
Coordenação e desenvolvimento e produção:	Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística
Coordenador Geral:	Ana Ferreira (Planeamento Regional e Urbano)
Coordenador AAE	Maria João Nunes (Melhoramentos Rurais, Engenharia Rural, Engenharia do Ambiente e Território)
Equipa Técnica AAE:	<p>Bento Moreira e Moreira (Geografia) Carolina Rosa Gonçalves da Silva (Economia) Célia Coelho da Silva (Contabilidade e Finanças Públicas, especialização em Gestão Autárquica Avançada, Contabilista Certificada) Francisco Vidinha Ferreira (Ciências e Tecnologia do Ambiente, Engenharia do Ambiente) Marina Antonieta Barbosa Pinheiro (Gestão) Maria João Alves Pereira (Arquitetura) Olga Cristina Dias da Silva (Direito) Rui Manuel da Rocha e Sousa (Desenho)</p> <p>Colaboração dos demais serviços municipais</p>

Discussão Pública

Índice

1. Introdução.....	5
2. Objectivos e metodologia.....	6
3. Objecto de avaliação.....	8
3.1 Fatores Críticos para a Decisão	9
3.2 Quadro de referência estratégico (QRE).....	10
3.3 Critérios de avaliação e indicadores.....	11
4. Análise e Avaliação dos fcd	14
4.1 FCD#1- Ordenamento do território e qualidade ambiental	14
4.2 Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais.....	20
4.3 Competitividade e actividade económica.....	23
5. Fases seguintes.....	27
6. Consulta pública e às entidades.....	27
7. Declaração ambiental.....	27
8. Seguimento	27
8.1 Programa de avaliação e controlo ambiental	28
9. Quadro de Governança	34
10. Conclusão	36
Quadro 1– Objectivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Ordenamento do Território e qualidade	12
Quadro 2– Objectivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais	13
Quadro 3– Objectivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Competitividade e Atividade Económica.....	14
Quadro 4 - Análise SWOT do FCD#1- Ordenamento do território e qualidade ambiental.....	17
Quadro 5 - Análise SWOT do FCD#2 – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais.....	21
Quadro 6 - Análise SWOT do FCD#3 – Competitividade e atividade económica.....	25
Quadro 7 – Programa de Controlo e Avaliação Ambiental	29
Figura 1- Esquema das fases da Avaliação Ambiental Estratégica.....	7
Figura 2: Objectivos de cada FCD.....	9

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) da Avaliação Ambiental Estratégica do processo de elaboração da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), constitui um procedimento de avaliação de planos e programas, e decorre do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, o qual consagra no regime jurídico nacional o estabelecido pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

Os Planos Diretores Municipais encontram-se abrangidos por este regime, derivado dos potenciais efeitos negativos e/ou positivos na sua aplicação ou concretização.

Estes diplomas legais estabelecem o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, suscetíveis de induzir efeitos significativos no ambiente, com o objetivo de estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável.

O RNT pretende apresentar os principais aspetos analisados no Relatório Ambiental (RA), de forma simples e resumida.

O RNT do RA da Avaliação Ambiental Estratégica, consiste no documento de referência para a consulta pública capaz de ser compreendida pela população em geral, constituindo um sumário de toda a informação relevante para um bom entendimento do processo de AAE, designadamente dos eventuais efeitos ambientais significativos decorrentes da implementação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Paredes e das respetivas oportunidades de melhoria, contribuindo, assim para uma solução final mais sustentável.

Discussão Pública

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA

A avaliação ambiental consiste na identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes do plano, sendo realizada durante as fases de preparação e elaboração e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a uma eventual ratificação, culminando no Relatório Ambiental e após Consulta Pública na Declaração Ambiental. Após a publicação do Plano será efetuada a Monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica, de acordo com o Plano de Monitorização.

De acordo com as orientações metodológicas para os processos de AAE publicadas pela Agência Portuguesa do Ambiente esta deverá contribuir para um processo de decisão ambiental sustentável, para melhorar a qualidade, para facilitar as Avaliações de Impacte Ambiental de projetos a implementar e para promover novas formas de tomada de decisão, com base num conhecimento das suas consequências ambientais e em procedimentos que promovam a participação pública e institucional.

Na figura abaixo apresenta-se o esquema da metodologia adotada, com as etapas propostas para a AAE, bem como a interação com o processo de Planeamento.

O processo de AAE desenvolve-se em várias fases, das quais se destaca:

- Definição do âmbito e do alcance da Avaliação Ambiental Estratégica (integra o Relatório de Fatores Críticos);
- Análise e avaliação ambiental dos objetivos estratégicos da proposta da 2ª revisão do PDM (integra o Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico);
- Elaboração da Declaração Ambiental
- Execução do Plano de Monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica.

Cada fase da AAE deve ser articulada com as diferentes fases do processo de elaboração da proposta da 2ª revisão do Plano.

Discussão Pública

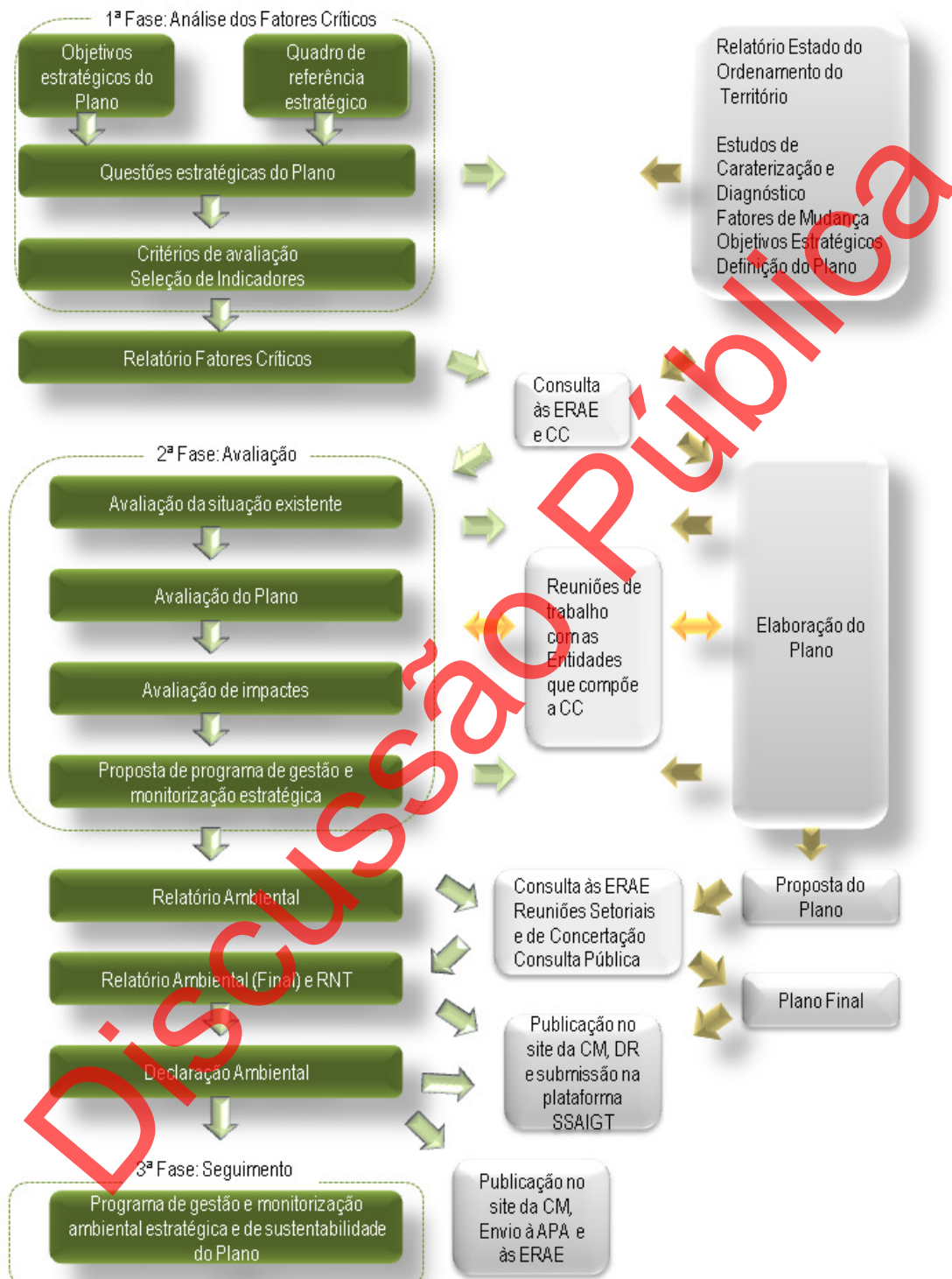


Figura 1- Esquema das fases da Avaliação Ambiental Estratégica

3. OBJECTO DE AVALIAÇÃO

O objeto da AAE é a proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, à frente designada de 2.ª RPDMP, assente nos objetivos estratégicos de desenvolvimento que a mesma preconiza e assente numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e, tem como finalidade o cumprimento do novo quadro legal, resultante do Regime Jurídico Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e da Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

De acordo com o relatório de fundamentação, “considerando as datas recentes da 1.ª RPDMP (e respetiva revisão dos sistemas Reserva Ecológica Nacional) e da alteração publicada pelo Aviso n.º 14770/2018 e o que Plano em vigor e respetiva estratégia se mantêm atuais, a presente revisão resulta, exclusivamente, do disposto no referido artigo 199.º e não da necessidade de adaptação daquele à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que determinaram a respetiva elaboração, ou de situações de suspensão do plano e da necessidade da sua adequação à prossecução dos interesses públicos que a determinaram, conforme decorre das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 124.º do RJIGT, que enquadra o procedimento de revisão “típico”. Assim e nestes termos, a revisão em causa não se conforma como “típica”, mas sim como uma revisão “atípica”, imposta pelo n.º 2 do artigo 199.º do Decreto-Lei n.º 80/2015”. No entanto, o atual procedimento de Revisão terá de ter em consideração a atual estratégia da política municipal e de se adequar/articular/enquadrar com o disposto nos instrumentos de natureza estratégica ou de natureza política, nomeadamente políticas de natureza setorial, planos nacionais ou de ação e estratégias nacionais ou mesmo refletindo as orientações internacionais como designadamente a nível do desenvolvimento sustentável. Refira-se a este nível o horizonte temporal de alguns destes instrumentos.

No processo da 2ª RPDMP Paredes, tendo como visão tornar Paredes num concelho sustentável, atrativo, empresarial e competitivo e como meta a afirmação do papel do município no contexto da Área Metropolitana do Porto, contribuindo para a sua projeção nacional e internacional, foram estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos (OE):

OE1 - Promover a qualificação ambiental, promovendo um modelo de desenvolvimento urbano sustentável;

OE2 - Promover a melhoria das condições de vida e de bem-estar da população, reforçando a atratividade residencial e criando as condições para a recuperação demográfica;

OE3 – Preservar e valorizar a identidade cultural, natural e construída, promovendo e qualificando o território;

OE4 – Melhorar e promover a mobilidade sustentável;

OE5 – Reduzir as assimetrias sócio-espaciais, promovendo o desenvolvimento policêntrico e eliminando fatores de estagnação;

OE6- Promover a competitividade da base económica (designadamente industrial e turismo) e o crescimento do emprego;

OE7 – Promover a afirmação do Município às escalas regional, nacional e internacional.”

3.1 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) estruturam a avaliação estratégica, traduzindo as principais dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável nacional no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal. A definição dos FCD resultou da análise integrada do Quadro de Referência Estratégico, das Questões Estratégicas da 2ª RPDM paredes e das Questões Ambientais e de Sustentabilidade.

Os FCD identificados são:

- FCD#1 - Ordenamento do território e Qualidade Ambiental;
- FCD#2 - Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais;
- FCD#3- Competitividade e atividade económica;

Elenca-se na figura abaixo, os objetivos de cada Fatores Críticos para a Decisão.

<p>FCD#1 - Ordenamento do território e Qualidade Ambiental</p>	<p>Objetivo/âmbito: Avalia as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação e coesão territorial, de acordo com as suas capacidades e vocações, assim como avalia as estratégias de qualificação ambiental na dimensão das condições, da qualidade de vida da população e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos.</p>
<p>FCD#2 - Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais</p>	<p>Objetivo/âmbito: Avalia as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes para a melhoria da qualidade dos fatores ambientais, da Estrutura Ecológica Municipal e, para a conservação da natureza e da biodiversidade assim como a forma como a Estrutura Ecológica Municipal, a biodiversidade, os recursos naturais e patrimoniais contribuem para a valorização do território.</p>
<p>FCD#3 - Competitividade e atividade económica</p>	<p>Objetivo/âmbito: Avalia as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, certificadas e dissociado do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na promoção do território e da visibilidade internacional do Concelho.</p>

Figura 2: Objetivos de cada FCD

3.2 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)

O Quadro de Referência Estratégico Ambiental estabelece o macro enquadramento da avaliação ambiental, sendo constituído pelas estratégias, programas e planos que enquadram estrategicamente o PDM de Paredes e para o qual estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade, servindo de referencial à avaliação. Tendo em conta o âmbito e os objetivos da avaliação, bem como a natureza do plano, foram identificados os seguintes instrumentos de enquadramento estratégico:

- Agenda 2030
- Convenção Europeia da Paisagem
- Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais da Europa (Convenção de Berna)
- Estratégia dos solos da UE para 2030
- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000
- Estratégia Nacional para as Florestas
- Programa Regional de Ordenamento Florestal do Entre Douro e Minho
- Plano Nacional de Fogos Rurais
- Estratégia para o Turismo 2027
- Programa Nacional de Turismo da Natureza
- Plano Nacional da Água
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)
- Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030
- Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro
- Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030
- Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030
- Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050
- Plano Nacional Energia e Clima 2030
- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
- Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas
- Diretrizes Nacionais para a Mobilidade
- Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (Peti 3+)
- Plano Rodoviário Nacional
- Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
- Nova Geração de Políticas de Habitação
- Programa Nacional de Investimentos 2030
- Portugal 2030
- Plano de Ação para a Economia Circular
- Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
- Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

3.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES

Os Fatores Críticos de Decisão não pretendem descrever exaustivamente a situação tendencial existente mas realçar apenas os aspetos críticos mais relevantes para a AAE e as opções estratégicas de ordenamento e de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal de Paredes.

Apresentam-se abaixo os objetivos, critérios e indicadores selecionados para cada FCD que suportarão a avaliação ambiental.

Os critérios adotados na fase de avaliação ambiental estratégica propriamente dita não correspondem exatamente à proposta indicativa formulada no documento de definição do âmbito e alcance da AAE oportunamente apresentado. As alterações introduzidas foram feitas com base nos contributos das entidades consultadas e no exercício de reflexão entretanto desenvolvida pela equipa técnica, atentos a outros exercícios similares.

Quanto aos indicadores, a sua escolha foi feita não só com base na sua pertinência para a avaliação estratégica, à luz dos objetivos preconizados para cada FCD e dos conteúdos dos diferentes critérios, mas também da efetiva disponibilidade da informação correspondente. De realçar que o levantamento desta informação foi feito a partir dos estudos elaborados no âmbito do processo de revisão do PDM, bem como outros estudos complementares ou ainda junto das entidades especializadas.

FCD#1- Ordenamento do território e qualidade ambiental		
Objetivo: Considerar/ avaliar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação e coesão territorial, de acordo com as suas capacidades e vocações, assim como avalia as estratégias de qualificação ambiental na dimensão das condições, da qualidade de vida da população e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos.		
Crítérios de Avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Equilíbrio do sistema territorial	Conter o povoamento disperso, difuso e desincentivar o crescimento linear. Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios. Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território.	Obras de Beneficiação Edifícios (nº)
		Edifícios construídos fora do solo urbano aglomerado rural e edificação dispersa (nº/ qualificação de solo)
		Edifícios expostos a níveis de ruído superiores aos limites legais (inseridos em zonas de conflito) (nº)
Qualificação territorial e ambiental	Promoção da coesão territorial Promover a qualificação do espaço público Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública. Estruturar e infraestruturar espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas.	ao serviço de abastecimento de água (%/CM/ERSAR)
		Acessibilidade física aos sistemas públicos de drenagem de águas residuais (%/CM/ERSAR)
		Acessibilidade física ao serviço de recolha seletiva (%/CM/ERSAR)

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

		Espaços verdes, infraestruturas Verdes (há)
Riscos e alterações climáticas	Promover/ Aumentar a resiliência do território	Medidas/ações desenvolvidas na prevenção e controlo de riscos (Nº)
	Prevenir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios.	Edifícios em áreas suscetíveis de inundação (Nº)
	Reduzir o número de ignições. Reduzir a área ardida.	Área ardida (há)
	Reduzir a influência dos incêndios nos ecossistemas e na saúde pública.	Medidas/ações de adaptação às alterações climáticas implementados (nº)
	Prevenir a ocorrência de acidentes industriais.	
	Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais.	
	Promover a diminuição da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão de deslizamentos e de outros riscos.	
	Promover a adaptação às alterações climáticas.	

Quadro 1– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Ordenamento do Território e qualidade ambiental

FCD#2- Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais		
Objetivo: Considerar/ avaliar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes para a melhoria da qualidade dos fatores ambientais, da Estrutura Ecológica Municipal e, para a conservação da natureza e da biodiversidade assim como a forma como a Estrutura Ecológica Municipal, a biodiversidade, os recursos naturais e patrimoniais contribuem para a valorização do território.		
Crítérios de Avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Estrutura Biofísica, Biodiversidade e conservação e valorização da natureza	Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes;	Medidas implementadas previstas em planos de gestão (nº)
	Promover a valorização e assegurar a conservação da biodiversidade e do património natural do concelho;	Medidas e ações implementadas no âmbito da conservação, recuperação, valorização e promoção da biodiversidade, natureza, paisagem (nº)
Recursos	Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis em áreas classificadas;	
	Promover o contínuo natural.	
	Promover/ Aumentar a resiliência do território;	Medidas e ações desenvolvidas no âmbito dos ecossistemas (nº)
	Promover a preservação e valorização da Estrutura Ecológica Municipal no âmbito dos serviços ecossistémicos;	
	Promover a proteção e salvaguarda dos	

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

	<p>ecossistemas e a sua valorização; Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta; Promover a valorização dos recursos enquanto elementos preponderantes para a preservação e promoção da identidade local; Promover a proteção, a salvaguarda e a recuperação o “Bom estado” dos fatores ambientais água, solo e ar.</p>	<p>Massas de água superficiais e subterrâneas em estado global bom ou superior (nº)</p>
Património	<p>Promover a valorização do património cultural e natural; Promover a conservação e valorização do património cultural e edificado do concelho; Promover a conservação e valorização do património imaterial; Promover a requalificação patrimonial; Promover atividades culturais associadas à valorização do património</p>	<p>Medidas e ações desenvolvidas no âmbito da preservação, conservação e valorização do património (nº)</p>

Quadro 2– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais

FCD#3- Competitividade e atividade económica

Objetivo: Considerar/avaliar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, certificadas e dissociado do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na promoção do território e da visibilidade internacional do Concelho.

Critérios de Avaliação	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Dinâmica económica e empresarial	Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade; Incentivar o aumento da criação de emprego e da sua qualificação; Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional; Promover a fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território;	Nascimento de empresas
		Agentes de Animação turística
		Volume de exportações (€)
Promoção do Território	Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional; Promover e incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial; Promover o desenvolvimento do turismo	Capacidade de alojamento turístico (nº)

	<p>através da criação de sinergias entre os diferentes agentes; Promover a certificação de práticas e de produtos; Promover o aumento da procura turística nacional e internacional; Promover externamente o território, alicerçado na valorização do património, do território e no dinamismo; Fomentar a apreensão da população do potencial do território.</p>	<p>Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico (nº)</p>
--	---	---

Quadro 3– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Competitividade e Atividade Económica

4. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS FCD

Os Fatores Críticos de Decisão (FCD) constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, o qual estruturam a análise e a avaliação de oportunidades e riscos decorrentes das opções estratégicas do objeto de avaliação e conferem foco à AAE, por forma a avaliar o que realmente é importante e crítico para o Município de Amares. Foram identificados quatro FCD, a seguir apresentados.

4.1 FCD#1- ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E QUALIDADE AMBIENTAL

Situação Atual

Apresenta-se abaixo uma análise sumária relativa ao equilíbrio do sistema territorial, à qualificação territorial e ambiental e aos riscos e alterações climáticas.

Equilíbrio do Sistema Territorial

Tendo por base a carta de ocupação do solo 2015 e 2018, verifica-se que se verificou um aumento da área com territórios artificializados e uma diminuição das áreas agrícolas e agroflorestais assim como uma ligeira diminuição da área ocupada com Floretas e meios naturais e semi-naturais.

No âmbito da classificação do solo, com a entrada em vigor da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal, regista-se 5783,15 ha solo urbano, dos quais 68,7 ha estão classificados como urbanizável.

Destaca-se que os espaços de baixa densidade, ao nível do solo urbano, são os que apresentam a maior área, representando 56,63 % do solo urbano.

Em termos de dinâmica urbanística, entre 2014 e 2019, como se pode observar nos quadros abaixo, constata-se, de uma forma geral, uma tendência positiva. A emissão de licenças de construção, registou uma evolução positiva até 2018 e, ao nível da emissão das licenças de utilização, verificou-se uma evolução acentuada entre 2014-2016.

Qualificação territorial e ambiental

De acordo com a Carta Social de Paredes, datada de 30 de dezembro de 2016, “as respostas sociais existentes no terreno abrangem, na sua globalidade, 1 034 crianças e jovens, 764 dos quais com acordos de cooperação com a Segurança Social, no que concerne à valência Creche, existem quatro estabelecimentos de ensino da rede privada que têm esta valência, abrangendo, na sua globalidade, 101 crianças”, “As sete respostas sociais abrangem um total de 1 162 idosos, 822 dos quais com apoios da Segurança Social”, a resposta para a População com Deficiência era 74. Consultando a carta social, do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, disponível em www.cartasocial.pt, verifica-se a resposta social em Paredes para o ano 2020 apresenta a capacidade de 420 criança ao nível da creche, 67 para Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (Deficiência), 14 para Lar Residencial (Deficiência), 345 para Cento de Dia, 237 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, e 507 para Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos). De acordo com o Relatório Exploração 2017 da AP – Aguas de Paredes S.A., constata-se que a taxa de cobertura do Serviço de Abastecimento de Água é de 80% dos fogos existentes, mas a adesão é apenas de 67%, e ao nível do Serviço de Recolha e Drenagem de Águas Residuais a taxa de cobertura é de 70% e a adesão é de 66%, de acordo com aquela entidade em 2020, a taxa de cobertura do Serviço de Abastecimento de Água é de 81%, dá-se nota que estes dados não contemplam as localidades que dispõem de subsistemas de abastecimento de água, nomeadamente, Gandra, Parada de Todeia, Recarei e Sobreira.

Verifica-se um aumento anual ao nível da de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos, assim como a Quantidade produção de resíduos /habitante/ano (Kg/hab/ano).

O Município detém vários espaços verdes associados à prática desportiva, nomeadamente o Parque da Cidade, o Parque do Rio Ferreira (Rebordosa e Lordelo), os Parques em Cete, em Louredo e o a Paisagem Protegida Parque das Serras do Porto.

Riscos e alterações climáticas

Em 2018 foi aprovada a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, a qual detém como visão estratégica “Sensibilizar a população em relação às alterações climáticas, aumentando a sua capacidade adaptativa aos eventos climáticos decorrentes dessas alterações e implementando processos de adaptação ao nível da atuação municipal minimizando os seus efeitos”. Foram identificadas como opções de adaptação nomeadamente, elaborar uma EMAAC que preveja monitorização e revisão de objetivos e riscos, implementação de um programa de ações de sensibilização para as alterações/adaptações climáticas, elaborar e implementar um plano de soluções de conforto térmico do parque edificado - edifícios públicos, criação de uma unidade municipal para avaliação, monitorização e implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas, condicionar a construção na proximidade das linhas de água e o seu restauro ecológico, promover ações de (re)arborização com espécies autóctones e promover o controlo de invasoras, operacionalização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e reabilitação de áreas florestais com aproveitamento da Biomassa Florestal.

De acordo com os dados das ocorrências registadas no período compreendido entre 01/01/2012 e 31/12/2017, constata-se que o número mais elevado de ocorrências estão relacionadas com assistência em saúde, no entanto é de realçar também o número de ocorrências relativas aos incêndios rurais.

De referir que à data não existem Indústrias SEVESO

Tendências de Evolução sem 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal

No caso de a proposta da 2ª RPDM não se efetuar, ao nível das tendências de evolução perspectiva-se:

- Maior dispersão de construções e infraestruturas;
- Menor capacidade de programação urbana;
- A infraestruturização e a qualificação do espaço público, poderá ter que ser mais prolongada em termos temporais;
- A nível da prevenção dos riscos, implicará menor capacidade de prevenção;
- Em termos de sustentabilidade não terá a oportunidade de fomentar o mesmo aumento face à prevista na efetivação da 2ª RPDM.
- Menor valorização e salvaguarda da importância do solo

Análise Estratégia de Efeitos

A análise estratégica de efeitos, considerando o carácter da 2ª RPDM, quer enquanto instrumento ativo da estratégia de desenvolvimento municipal, quer enquanto instrumento regulador do modelo de ordenamento, assente num conjunto de objetivos estratégicos, é realizada tendo por base os objetivos estratégicos, as ações estruturantes que integram o Plano de Execução e Financiamento, a avaliação e monitorização proposta também nesse documento, considerando que estes elementos traduzem e concretizam os objetivos territorialmente e permitem apreender os efeitos que terá o seu cumprimento e efetivação/concretização.

Abaixo efetua-se a análise SWOT do FCD#1- Ordenamento do território e qualidade ambiental

	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Oportunidades
Equilíbrio do sistema territorial	Controlo Normativo, Classificação ex-novo do solo		Degradação do solo rural pelo abandono	Contribuição da eficaz ocupação do solo
Qualificação territorial e ambiental	Controlo Normativo, Aumento no acesso a bens, serviços fundamentais Consolidação do espaço urbano	Diferenciação entre diferentes Núcleos da população	Capacidade económica para a execução Abandono da atividade agrícola, silvícola e florestal Caracter dinâmico da paisagem	Contribuição para aumentar a coesão social Dinamização e rentabilização das redes de infraestruturas
Riscos e	Controlo Normativo,	Fraca perceção	Aumento riscos	Promoção contínua da

alterações climáticas	Existência de Plano Municipal de emergência de proteção civil, e do Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios Encontra-se em execução o Plano de Ação Climática	do risco(s) e da vulnerabilidade pela população		sensibilização, e formação ao nível da vulnerabilidade e percepção dos riscos e das alterações climáticas
-----------------------	---	---	--	---

Quadro 4 - Análise SWOT do FCD#1- Ordenamento do território e qualidade ambiental

Recomendações

A proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal consegue genericamente dar resposta às principais necessidades identificadas no Fator Crítico para a Decisão - Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental.

Visando uma otimização do contributo da 2ª RPDM, ao longo da sua implementação, elenca-se um conjunto de recomendação abaixo.

- Acompanhar a implementação e a evolução da estruturação territorial definida no PDM, de forma a detetar atempadamente desvios ao nível da ocupação urbana ou incompatibilidades/conflitos de usos que requeiram medidas corretivas;
- As instalações industriais devolutas devem ser alvo de ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual;
- Assegurar a eliminação progressiva de barreiras arquitetónicas no espaço público e outros impedimentos à devida circulação e acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida;
- Continuar com a aposta numa estratégia de consolidação do solo urbano em detrimento da dispersão da construção;
- Controlo e operacionalização das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definidas no modelo de ordenamento do território;
- Desenvolver e implementar uma proposta de estratégia de concertação entre entidades através de um plano de governança que defina e assegure a continuidade do conhecimento e identificação atempada e a correção de eventuais efeitos extremos e/ou negativos que possam surgir relativamente a riscos naturais e tecnológicos adotando sempre uma abordagem multidisciplinar;
- Deve priorizar-se o fomento da coesão e consolidação dos espaços intersticiais com base numa gestão urbanística consistente;
- Deve ser promovida a requalificação e a ocupação em habitação vagas em detrimento da construção nova, evitando maior índice de impermeabilização do solo;
- Deverá ser promovida a instalação de novas empresas em locais apropriadas e privilegiar instalações existentes mas desocupadas;
- Enquadramento paisagístico das infraestruturas;

- Estabelecimento de critérios para a definição de prioridades, para salvaguarda dos aglomerados rurais;
- Garantir a adoção de medidas de prevenção de “riscos” naturais e tecnológicos por parte das empresas;
- Garantir a correta articulação das infraestruturas de lazer e recreio com o meio natural envolvente;
- Incentivar a realocação das unidades industriais e/ou empresariais localizadas fora das áreas delimitadas; para as áreas respeitantes aos espaços de atividades económicas devidamente adequados à atividade;
- Planeamento de intervenções num contexto integrado e intermunicipal;
- Privilegiar a continuidade dos espaços verdes públicos;
- Promover ações de sensibilização para as fragilidades do território e para os impactes a que o sujeitamos com as práticas quotidianas;
- Promover uma imagem urbana qualificada e apelativa assente na qualidade do edificado e dos espaços públicos, no acesso a equipamentos de utilização coletiva e a todas as infraestruturas, que contribuem para a qualidade do espaço;

Ameaças/Oportunidades

Elenca-se abaixo as ameaças/oportunidades

- Adoção de soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização;
- Aumentos dos níveis de proteção de solo;
- Com a Revisão e implementação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, com a execução das medidas elencadas no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Aplicação SIG, promoverá a prevenção de ocorrências de incêndios, acidentes industriais e, em caso de ocorrência, poderá minimizar os seus efeitos;
- Construção da habitação social para realojamento da Comunidade Cigana de Paredes;
- Construção de Parques urbanos e de lazer,
- Construção e requalificação Passeios pedonais;
- Contenção dos perímetros, promovendo a colmatação de malhas com o preenchimento de interstícios;
- Estruturação e infraestruturização de espaços vocacionados para atividades lúdicas e turísticas;
- Fomento do desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território;
- Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa;
- Fomento de trilhos e percursos pedestres;
- Implementação do Parque de Campismo e Parque temáticos;
- Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industria;

- Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa;
- Promoção da adaptação às alterações climáticas; da diminuição da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão e deslizamento junto de linhas de água e da diminuição de outros riscos;
- Promoção da coesão territorial, da Reabilitação Urbana; da Recuperação e valorização do património edificado; do espaço público;
- Promoção da diminuição da probabilidade de ocorrências de cheias, de erosão e deslizamento junto de linhas de água, e de outros riscos;
- Promoção da ocupação urbana em função dos objetivos previamente estabelecidos, da organização espacial do território, da qualificação do espaço público;
- Promoção de condições favoráveis à qualidade de vida e saúde pública;;
- Promoção de um ordenamento do território mais equilibrado, ;
- Redução da influência dos incêndios nos ecossistemas e na saúde pública;
- Relocalização de Industrias em local apropriado para o efeito;
- Requalificação de equipamentos desportivos e requalificação/conservação da rede viária municipal;

Discussão Pública

4.2 BIODIVERSIDADE, RECURSOS NATURAIS E PATRIMONIAIS

Situação Atual

Paredes detém 2 áreas classificadas, o Sítio Valongo (classificado como SIC pela Decisão da Comissão de 7 de dezembro de 2004) e, a Paisagem Protegida Parque das Serras do Porto (Deliberação da Assembleia Geral da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, de 21 de dezembro de 2016, (Aviso n.º 2682/2017, Diário da República n.º 53/2017, 2.ª Série, de 15 de março de 2017)).

A área do Parque das Serras do Porto que se encontra no Concelho de Paredes é de 3293 ha.

A área da Zona Especial de Conservação Valongo, em Paredes é de 1073 ha, de acordo com a informação cartográfica, ICNF, I.P.,

A classificação do PSeP como Paisagem Protegida de âmbito regional e que integra o mapa da RNAP (Rede Nacional de Áreas Protegidas) é também uma forma de proteção para o Património Natural.

Foram implementadas várias ações nomeadamente no âmbito do projeto de conservação “Charnecas das Serras do Porto – conhecer, capacitar, conservar” no ano de 2018, a implementação do projeto no ano de 2020 “Valorização e adaptação dos rios Ferreira e Sousa às alterações climáticas”, que em Paredes se localizou no Rio Sousa e o projeto “Gestão ativa de áreas ocupadas com espécies invasoras” (2020-2021).

De referir também a plantação de espécies autóctones em diversas áreas o concelho, a implementação do programa de Voluntariado Jovem da natureza e Florestas.

A promoção de Eco-Caminhadas nos Parques Urbanos, a identificação de espécies, atividades com as Eco-escolas.

A nível Agrícola destaca-se o projeto “Cá Paredes” com diversas atividades e vertentes de valorização de setor de atividade assim como a promoção do Concurso “ O Maior da Minha Aldeia”, e o arranque do “Banco de Terras Municipal”.

Ao longo do período entre 2014 e 2021, foram implementadas um nº significativo de ações de divulgação do património, através de vários meios de comunicação, como exemplo na dinamização de visitas guiadas.

Tendências de Evolução sem 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal

No caso de a proposta da 2ª RPDM não se efetuar, ao nível das tendências de evolução perspetiva-se que:

- Menor capacidade de promoção do correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes
- Menor capacidade de promover e garantir e manter a biodiversidade, os valores naturais e os serviços ecossistémicos;
- Menor capacidade na promoção da gestão sustentável dos recursos;
- Menor capacidade de proteger, melhorar a qualidade física dos fatores ambientais;

- Em termos de sustentabilidade não terá a oportunidade de fomentar o mesmo aumento face à prevista na efetivação da 2ª RPDM.

Análise Estratégia de Efeitos

A análise estratégica de efeitos, considerando o carácter da 2ª RPDM, quer enquanto instrumento ativo da estratégia de desenvolvimento municipal, quer enquanto instrumento regulador do modelo de ordenamento, assente num conjunto de objetivos estratégicos, é realizada tendo por base os objetivos estratégicos, as ações estruturantes que integram o Plano de Execução e Financiamento, a avaliação e monitorização contemplada proposta também nesse documento, considerando que estes elementos traduzem e concretizam os objetivos territorialmente e permitem apreender os efeitos que terá o seu cumprimento e efetivação/concretização.

Na presente Revisão (2ª) do Plano Diretor Municipal de Paredes, destaca-se a importância que assume as Salvaguardas, com destaque para a Paisagem protegida de âmbito regional – Parque das Serras do Porto, o Património Natural assim como a Estrutura Ecológica Municipal, e a Adaptação e mitigação às alterações climáticas, as quais assumem subsecções próprias em sede de regulamento. Abaixo efetua-se a análise SWOT do FCD#2 – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais

	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Oportunidades
Estrutura Biofísica, Biodiversidade e conservação e valorização da natureza	Controlo Normativo Integração na Associação de Municípios Parque das Serras do Porto Paisagem Protegida Parque das Serras do Porto (PSeP)	Aplicação prática das normas de gestão relativas à Rede Natura 2000	Abandono de práticas de gestão e manutenção	Promoção da PSeP, Promoção de Candidaturano âmbito dos objetivos da PSeP, nomeadamente controlo de espécies invasoras
Recursos	Controlo Normativo Reabilitação e Valorização dos rios e ribeiras Monitorização da qualidade da água e do ar Fiscalização		Gestão da manutenção	Valorização das áreas Promoção e valorização dos serviços ecossistémicos Criação e aumento do continuum naturale
Património	Controlo Normativo Existência da Paisagem Protegida Parque das Serras do Porto Prática contínua de dinamização de atividades no âmbito do Património			Valorização e recuperação do património, Aproveitamento para atividades de carater lúdicas e científicas

Quadro 5 - Análise SWOT do FCD#2 – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais

Recomendações

- Ação de divulgação e fomento de campanhas de promoção dos produtos locais de modo a garantir a sustentabilidade das atividades económicas;
- Aproveitamento da estrutura ecológica para criação de percursos pedestres e áreas verdes de utilização pública;
- Desenvolvimento de ações que promovam a biodiversidade, valores naturais e património
- Enquadramento paisagístico das infraestruturas e garantir a correta articulação das infraestruturas de lazer e recreio com o meio natural envolvente;;
- Incentivo a projetos de valorização económica da área florestal e a projetos que valorizem os recursos endógenos;
- Incentivo de desenvolvimento de projetos com potencial para explorar vantagens competitivas associadas ao capital natural;
- Incentivos aos projetos que envolvam a conservação e reabilitação do património natural e cultural;
- Privilegiar a continuidade dos espaços verdes, e ações no espaço público envolvente ao património que o valorize;
- Promoção de estudos sobre os serviços dos ecossistemas no município de Paredes e sua valorização económica;
- Promover ações de requalificação do património;
- Promover ações de sensibilização para as fragilidades do solo rural e, ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização paisagística;
- Promover o investimento nos valores naturais e no património enquanto fator de diferenciação e identitário;
- Sensibilizar a população local e turistas para a preservação e valorização dos espaços naturais, usufruindo-os de uma forma sustentável.

Ameaças/Oportunidades

- Sensibilizar a população local e turistas para a preservação e valorização dos espaços naturais, usufruindo-os de uma forma sustentável;
- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização paisagística;
- Ação de divulgação e fomento de campanhas de promoção dos produtos locais de modo a garantir a sustentabilidade das atividades económicas;
- Garantir a correta articulação das infraestruturas de lazer e recreio com o meio natural envolvente;
- Incentivos aos projetos que envolvam a conservação e reabilitação do património natural e cultural;
- Promoção de estudos sobre os serviços dos ecossistemas no município de Paredes e sua valorização económica;
- Incentivo a projetos que valorizem os recursos endógenos;

- Incentivo de desenvolvimento de projetos com potencial para explorar vantagens competitivas associadas ao capital natural;
- Promover ações de sensibilização para as fragilidades do solo rural;
- Privilegiar a continuidade dos espaços verdes;
- Privilegiar ações no espaço público envolvente ao património que o valorize;
- Aproveitamento da estrutura ecológica para criação de percursos pedestres e áreas verdes de utilização pública;
- Enquadramento paisagístico das infraestruturas;
- Desenvolvimento de ações que promovam a biodiversidade, valores naturais e património;
- Incentivo a projetos de valorização económica da área florestal;
- Promover ações de requalificação do património;
- Promover o investimento nos valores naturais e no património enquanto fator de diferenciação e identitário;

4.3 COMPETITIVIDADE E ACTIVIDADE ECONÓMICA

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, certificadas e dissociadas do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na visibilidade internacional do Concelho.

Situação Atual

Ao nível da competitividade e atividade económica, Paredes no período compreendido entre 2011 e 2021, a população residente apresentou uma evolução positiva ao nível do ensino, particularmente ao nível do ensino superior e ao nível secundário e pós secundário.

Ao nível do desemprego, verifica-se a partir de 2013 uma tendência na diminuição do número de desempregado, com apenas uma ligeira oscilação no ano 2020, provavelmente derivado da Pandemia.

Ao nível da qualificação do emprego denota-se um aumento na qualificação do emprego.

No período compreendido entre 2011 e 2017 o número de empresas e sociedades aumentou consideravelmente. Ao nível das empresas destaca-se as de comércio por grosso e a retalho, no entanto, o mesmo já não acontece com as sociedades, cujo predomínio é o das indústrias transformadoras.

No que respeita à evolução do número de empresas no Concelho segundo o CAE, verifica-se que as empresas de comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, indústrias transformadoras, educação e construção tiveram uma diminuição no período 2011 a 2017, enquanto as outras tiveram uma tendência de expansão, pese embora com algumas com oscilações. A diminuição no período 2011 a 2017 derivou da diminuição do número de empresas em nome individual.

As exportações e importações de mercadorias mantiveram um ritmo crescente até 2020, ano em que fruto da Pandemia, sofreu uma diminuição nas exportações e nas importações de mercadorias. O volume de negócios verificou uma tendência crescente entre 2014 e 2019.

As dormidas em estabelecimentos hoteleiros revelou um aumento ao longo do período entre 2014 e 2018, e uma diminuição em 2019.

Tendências de Evolução sem 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal

No caso de a proposta da 2ª RPDM não se efetuar, ao nível das tendências de evolução, perspectiva-se que:

- Menor capacidade de promoção da criação de emprego
- Menor capacidade de promover a atração da fixação de empresas;
- Menor capacidade na promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas;
- Menor capacidade de garantir os elementos, pontos chave e bases para a promoção da competitividade e da promoção externa do Município;
- Em termos de sustentabilidade não terá a oportunidade de fomentar o mesmo aumento face à prevista na efetivação da 2ª RPDM.

Análise Estratégia de Efeitos

Abaixo efetua-se a análise SWOT do FCD#3 – Competitividade e atividade económica

	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Oportunidades
Emprego/Qualificação dos recursos humanos e dos serviços	Formação da população Capacidade de adaptação	Baixa qualificação de um nicho da população e enquanto recursos humanos		Formação em áreas distintas da sua prévia qualificação
Dinâmica económica e empresarial	Localização das áreas industriais Elevada qualificação da indústria do mobiliário, reconhecimento internacional da dinâmica da indústria do mobiliário Política Municipal existente	Fraca capacidade a nível económico e financeiro de algumas empresas/industrias , - Qualidade ao nível das instalações e dimensão reduzida de algumas indústrias	Situação económica e financeira a nível nacional e europeu	Rentabilização do funcionamento das empresas, Otimização dos recursos, Certificação e sua promoção
Promoção do Território	Desenvolvimento e na participação em atividades internacionais para dinamização e			Localização geográfica Projeção a nível internacional, capitação turística

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

	projeção local, Projeção nacional e internacional derivado da indústria do mobiliário e nas redes existentes		
--	--	--	--

Quadro 6 - Análise SWOT do FCD#3 – Competitividade e atividade económica

Recomendações

- Ação de divulgação e fomento de campanhas de promoção dos produtos locais;
- Assegurar que o desenvolvimento das atividades económicas locais é feito de forma a criar um elemento diferenciador.
- Definir as áreas e os tipos de produtos que poderão ser promovidos de forma integrada e de promoção de marca territorial
- Desenvolver campanhas-chave de marketing territorial
- Deverá ser promovida e motivada o estreitar de laços e fomentar parcerias institucionais, empresariais e particulares
- Difundir a excelência das áreas de localização empresarial/industrial
- Estimular parcerias com as entidades científicas e tecnológicas
- Garantir a compatibilização da atividade turística com as demais atividades económicas, seja através da qualidade visual das paisagens, ou pelo respeito à capacidade de resiliência dos elementos naturais e patrimoniais visitados;
- Incentivar a realocação das unidades industriais/empresariais localizadas fora das áreas delimitadas para as áreas respeitantes aos espaços de atividades económicas devidamente adequados à atividade;
- Monitorização do contributo das atividades empresariais para o aumento da oferta do emprego
- O Concelho deverá continuar a apostar nas políticas ao nível da formação e na educação e nas parcerias existentes
- Potencializar o aumento da oferta hoteleira, para a diversificação das atividades económicas, o que potencialmente se poderá vir a traduzir numa geração de emprego e qualificação profissional específica nesta área;
- Promover a competitividade ao nível da população em geral e em particular ao nível da população escolar por forma a criar uma política de competitividade
- Promover o desenvolvimento de parcerias com agentes económicos locais.
- Promover polos associados a universidades e onde sejam alocados recursos locais (recursos humanos, recursos naturais, etc.).

Ameaças/Oportunidades

- Ampliação do loteamento do Parque Empresarial de Baltar/Parada,;
- Aumento da competitividade e atratividade do município pela implementação do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

- Criação de condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional;
- Fomento da apreensão da população do potencial do território
- Fomento do desenvolvimento sustentável através da organização espacial do território;
- Incentivo do aumento da criação de emprego e da sua qualificação;
- Instalação de Áreas de Atividades Económicas e concomitantemente instalação de empresas;
- Ligação das AAE às infraestruturas viárias;
- Minimização de efeitos face à ocorrência de acidentes industria;
- Prevenção da ocorrência de incêndios industriais;
- Promoção da competitividade e atratividade do município com o Fomento da Nova Linha de Caminho-de-ferro – Vale de Sousa, com a Implementação de Auditório Municipal e Centro de Congressos (antiga Adega Cooperativa), com a promoção de Campeonatos desportivos e provas diversas nacionais e internacionais;
- Promoção da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território
- Promoção da qualificação ao nível dos recursos humanos, dos serviços e valorização do emprego com a Implementação da Cidade Universitária de Paredes (polo da CESPU)
- Promoção do aumento competitividade e da atratividade do município no contexto regional através da Construção de Parques urbanos e de lazer (Gandra e Sobrosa), e da Ampliação e requalificação do Campo de Golfe do Aqueduto,
- Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional;
- Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município com a implementação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, do Plano Estratégico de Linhas de Água do Vale do Sousa, do Projeto de Reabilitação do Rio Ferreira, do Controle de Invasoras, da Plantação de vegetação autóctones;
- Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município com a construção de miradouros e implementação das demais ações elencadas no Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto;
- Promoção do aumento da competitividade e atratividade do município no contexto regional;
- Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes,
- Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade;
- Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas através da efetivação e aplicação da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes,
- Promoção do aumento da qualidade e quantidade das atividades económicas ao nível da diversificação, modernização e incentivo à complementaridade da classe produtiva numa perspetiva de sustentabilidade;
- Promoção do desenvolvimento do turismo através da criação de sinergias entre os diferentes agentes;

- Promoção e incentivo da prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural, paisagístico, cultural e imaterial;
- Promoção externamente do território, alicerçada na valorização do património, do território e no dinamismo;
- Relocalização de Industrias em local apropriado para o efeito;

5. FASES SEGUINTE

6. CONSULTA PÚBLICA E ÀS ENTIDADES

O Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica será submetido ao parecer das entidades. Após a ponderação dos pareceres das Entidades será concretizado a proposta de Relatório Ambiental, para ser submetido a consulta pública. Este procedimento faculta às autoridades interessadas e ao público em geral o Relatório Ambiental final da AAE, antes da aprovação do Plano, tendo em vista a sensibilização do público para as questões ambientais, no exercício do seu direito de cidadania.

Durante esta fase de consulta pública, e seguindo os princípios da boa governança, é possibilitado um envolvimento ativo e construtivo por parte de todos os interessados. Este envolvimento assegura a recolha de observações e sugestões formuladas pelos interessados que possam de algum modo ser afetados pela aprovação do Plano ou pela concretização das propostas nele consagradas.

Durante o prazo de consulta pública todos os elementos serão facultados através dos meios e canais mais adequados para o efeito.

7. DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Após aprovação do Plano de Diretor Municipal, será elaborada a Declaração Ambiental, nos termos do Artigo 10º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho.

Nesta Declaração será identificada a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Diretor Municipal. Serão de igual forma referidas as observações apresentadas na consulta pública e pelas entidades, bem como a forma como esses contributos foram ponderados na elaboração do PDM Paredes final, justificando-se eventuais situações em que não tenham sido acolhidos.

A Declaração apresentará, ainda, as razões que fundaram a aprovação do plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrente da aplicação do Plano.

A Declaração Ambiental, será entregue à Agência Portuguesa do Ambiente a qual a disponibilizará para consulta, na sua página de Internet, assim como será remetida às demais entidades que foram objeto de consulta no âmbito do presente processo de avaliação ambiental estratégica.

8. SEGUIMENTO

Após a aprovação do Plano, na sua implementação, importa realizar um acompanhamento para não só, não só controlar e avaliar a sua execução e os seus efeitos ao nível da sua sustentabilidade ambiental,

como também avaliar em tempo as consequências decorrentes de alterações imprevistas ou incertezas. Nesta fase a entidade responsável pelo Plano, a Câmara Municipal de Paredes, procede ao controlo dos efeitos significativos do Plano no ambiente. A avaliação das consequências ambientais da aplicação do PDM e da evolução dos objetivos de sustentabilidade definidos serão acompanhados pela aferição dos indicadores definidos no capítulo Programa de Gestão e Monitorização Ambiental, sendo os resultados divulgados pelo município, na sua página eletrónica, e enviados para a Agência Portuguesa do Ambiente, entidade que disponibilizará a informação a todos os interessados.

8.1 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL

A monitorização e a avaliação são essenciais, quer do ponto de vista do desempenho ambiental associado à execução das propostas, quer dos impactes das propostas sobre o ambiente.

O objetivo desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território. Assim, neste ponto apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e monitorização da execução das propostas da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, sob o ponto de vista da sustentabilidade e do respetivo desempenho ambiental, assim como as correspondentes medidas de controlo.

A monitorização será desenvolvida, pelo município, de acordo com os indicadores e as metas definidas no quadro seguinte e tendo em conta os objetivos de acompanhar e validar a avaliação dos efeitos negativos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do plano; avaliar se a aplicação das opções do Plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos; avaliar a eficácia das orientações propostas, com vista a minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos; promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

Durante a fase de seguimento os indicadores podem ser adaptados, considerando os resultados obtidos ou, facilidade de obter dados ou informação que à data não se encontram.

As metas podem ter que sofrer reajuste devido a alterações normativas ou dos objetivos estratégicos.

Discussão

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

Critérios	Descrição	Indicadores	Parâmetros	Periodicidade e de recolha	Valor de Referência (ano 2022)	Metas / Objetivos	Fontes de Informação	
Equilíbrio do sistema territorial	Avaliação da consolidação, da ocupação, do uso do solo e da organização espacial do território	Obras de Beneficiação Edifícios	Nº	Anual	74	Aumentar	CMP	
		Edifícios construídos fora do solo urbano, Aglomerado Rural e Edificação Dispersa	Nº	Anual	AOE	3157	Inferior a 20	CMP
					AP	22493		
					APIV	3506		
					EC	88		
					EE	87		
					EI	33		
					FC	724		
					FMUSA	8708		
					FP	205		
					FRVP	753		
NP	742							
T	204							

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

		Edifícios expostos a níveis de ruído superiores aos limites legais (inseridos em zonas de conflito)	Nº	Bienal	579 (ano 2021)	Diminuir	CMP
Qualificação territorial e ambiental	Avaliação da qualificação urbana e mobilidade, da coesão territorial, e dos níveis de infraestruturação e dos equipamentos e promoção da saúde pública	Adesão ao serviço de abastecimento de água (%/CM/ERSAR)	%	Anual	72,8%	Aumentar	CM/ERSAR
		Acessibilidade física aos sistemas públicos de drenagem de Águas residuais (%/CM/ERSAR)	%	Anual	79%	Cumprir o programa de execução	CM/ERSAR
		Acessibilidade física ao serviço de recolha seletiva	%	Anual	77%	80%	CM/ERSAR

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

		(%/CM/ERSAR)					
		Espaços verdes, infraestruturas verdes	ha	Anual	3240	Aumentar	CMP
Riscos e alterações climáticas	Avaliação da suscetibilidade do território aos riscos e da implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas	Medidas/ações desenvolvidas na prevenção e controlo de riscos	Nº	Anual	45	Garantir no mínimo 1 por Freguesia	CMP
		Edifícios em áreas suscetíveis de inundação	Nº	Anual	2674	Manter ou Diminuir	CMP
		Área ardida	ha	Anual	337,34	Manter abaixo da média dos últimos 10 anos	ICNF
		Medidas/ ações de adaptação às alterações climáticas implementados (nº)	Nº	Anual	3	Aumentar	CMP

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

Estrutura Biofísica, Biodiversidade e conservação e valorização da natureza	Avaliação da proteção e salvaguarda dos ecossistemas e zonas de maior sensibilidade biofísica, da conservação e da valorização da biodiversidade e do património natural.	Medidas implementadas previstas em planos de gestão	Nº	Bienal	3	Igual ao previsto em planos de gestão	CMP
		Medidas e ações implementadas no âmbito da conservação, recuperação, valorização e promoção da biodiversidade, natureza, paisagem (Nº)	Nº	Bienal	3	Aumentar no mínimo 1/ano	CMP
Recursos	Avaliação da promoção da gestão e valorização da Estrutura Ecológica Municipal e da proteção, do melhoramento e recuperação dos fatores ambientais água, solo e ar.	Medidas e ações desenvolvidas no âmbito dos ecossistemas	Nº	Bienal	4	Igual ao previsto em planos de gestão/planos de atividades	CMP
		Massas de água superficiais e subterrâneas em estado global bom ou superior	Nº	Trienal	Superficial – 0 de 7 Subterrâneas- 1 de 1	7 atingir o estado global igual ou superior a bom Manter 1 de 1	APA

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

Património	Avaliação da promoção da valorização, da conservação e da requalificação do património e da promoção das atividades culturais associadas à valorização do património e à afetação de equipamentos e de infraestruturas socioculturais	Medidas, ações e atividades desenvolvidas no âmbito da preservação, conservação e valorização do património	Nº	Anual	32	Aumentar 1/ano	CMP
Dinâmica económica e empresarial	Avaliação da qualificação e do aumento atividades económicas, do aumento da criação de emprego e da fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território	Nascimento de empresas	Nº	Anual	1041(ano 2021)	Aumentar	INE
		Agentes de Animação turística	Nº	Anual	22	Manter ou Aumentar	Turismo Portugal, INE
		Volume de Exportações (€)	€	Anual	454461302	Aumentar	INE
Promoção do Território	Avaliação da promoção do aumento da competitividade e atratividade do Município, da promoção do turismo e da certificação de práticas e de produtos.	Capacidade de alojamento turístico	Nº	Anual	355	Aumentar 355	Turismo de Portugal
		Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico	Nº	Anual	51570	Aumentar 51570	Turismo Portugal, INE

Quadro 7 – Programa de Controlo e Avaliação Ambiental

9. QUADRO DE GOVERNANÇA

A governança constitui o conjunto de responsabilidades, políticas, processos e funções que as entidades e a sociedade devem assegurar no sentido de atingir a máxima eficácia na aplicação das estratégias de desenvolvimento contidas nos instrumentos de ordenamento.

Este quadro, no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, é orientado como indicador das ações específicas de cada entidade com responsabilidades no território abrangido pelo supra mencionado PPMOT.

As ações vertidas no quadro de governança, deverão estar orientadas para os resultados e para a concretização das diretrizes propostas, com o objetivo de se atingir o melhor desempenho da 2ª Revisão do plano Diretor Municipal de Paredes.

ENTIDADES	Ações/Diretrizes de Governança
Câmara Municipal de Paredes	<p>Estabelecer os mecanismos e os procedimentos que permitam as ações de seguimento/monitorização da 2ª revisão do PDM Paredes, de acordo com as diretrizes da AAE;</p> <p>Programar a implementação das ações previstas no PDM para que decorra de forma agilizada e sustentável;</p> <p>Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental;</p> <p>Desencadear mecanismo de esclarecimento e informação relacionadas com a proposta d 2ª revisão do PDM e sua operacionalização;</p> <p>Acautelar a inclusão da população no envolvimento e partilha de informação em processos de desenvolvimento e planeamento territorial;</p> <p>Dinamizar parcerias com os vários agentes que atuam no território num quadro de colaboração, diálogo e gestão eficiente de processos;</p> <p>Manter a cultura de transparência e visibilidade das atividades concelhias, num quadro de proximidade à população;</p> <p>Promover ou colaborar na elaboração de estudos que permitam um melhor conhecimento do território e das suas tendências de evolução;</p> <p>Promover e apoiar ações de proximidade com as populações com o objetivo de auscultar opiniões sobre diferentes temáticas;</p> <p>Fomentar os processos de participação pública.</p>
Câmaras Municipais dos Concelhos confrontantes	<p>Articulação e concertação ao nível do planeamento relativo às áreas confrontantes com os limites administrativos;</p> <p>Participar e fomentar o processo de consulta pública;</p> <p>Acompanhamento da fase de Monitorização do Plano.</p>
Entidades da Administração Central e Regional	<p>Assegurar a existência e disponibilização de informação de base atualizada, no quadro das respetivas responsabilidades e competências, com especial enfoque às necessárias para as ações de seguimento;</p> <p>Promover e apoiar a realização de estudos que permitam um melhor conhecimento do território e da evolução, a curto e médio-longo prazos, em domínios em que se reconheça que deve ser aprofunda e/ou atualizada a informação existente;</p> <p>Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais com a operacionalização das estratégias e atuação do município, no âmbito dos vários domínios e ambientais e de planeamento e ordenamento territorial;</p>

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

	Desenvolver mecanismos estruturados e permanentes de circulação de informação entre entidades responsáveis pelo ordenamento do território e pela proteção civil, a nível regional e local, por forma a articular plenamente o ordenamento do território com a prevenção do risco;
Associações, Instituições Locais e Organizações Não Governamentais	Promover a informação, cooperação e participação cívica; Incentivar o debate e a análise crítica das intervenções a implementar; Apoiar as atividades de proteção dos valores em presença na área de intervenção; Fomentar o intercâmbio de informações e experiências com as entidades públicas e privadas; Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
População geral	Contribuir para o alcance das metas estabelecidas; Adotar comportamentos responsáveis e sustentáveis; Participar ativamente nos processos de consulta pública.

Discussão Pública

10. CONCLUSÃO

O presente documento constitui o Resumo Não técnico da AAE da Revisão do PDM de Paredes.

Neste documento são identificados os principais efeitos, decorrentes da referida revisão, a fim de apoiar a tomada de decisão relativa à proposta de revisão do PDM e assegurar a sua sustentabilidade, através da integração de opções mais sustentáveis durante a fase de projeto e de funcionamento.

A análise e avaliação dos FCD permitiram fazer o diagnóstico e avaliar as tendências de evolução dos aspetos ambientais considerados fundamentais para a sustentabilidade do território, adaptados à escala de análise do plano.

Foram considerados os seguintes FCD para no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes:

FCD - Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental: Considera as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação e coesão territorial, de acordo com as suas capacidades e vocações, assim como avalia as estratégias de qualificação ambiental na dimensão das condições, da qualidade de vida da população e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos.

FCD - Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais: Considera as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes para a melhoria da qualidade física dos fatores ambientais e, para a conservação da natureza e da biodiversidade assim como a biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais contribuem para a valorização do território.

FCD - Competitividade e Atividade Económica: Considera as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, certificadas e dissociadas do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na promoção do território e da visibilidade internacional do Concelho.

O programa de avaliação e controlo ambiental definido é uma peça fundamental atendendo a que ela acompanha o processo de implementação do plano de forma a avaliar, através do cálculo dos indicadores, a evolução dos aspetos ambientais considerados e detetar situações não previstas na AAE.

Discurso Público

Bibliografia

APA, 'Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', abril 2020;

APA, 'Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', abril 2020

Comissão Nacional do Território (CNT), 'Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais', Dezembro 2020;

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º58/2011, de 4 de maio

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Direção geral do Território (DGT) 'Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT', Janeiro 2020.

Direção geral do Território (DGT) 'Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0', 2021;

DGOTDU e APA (2008) Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Documentos de Orientação DGOTDU 01/2008. Lisboa

DGOTDU (Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) (2003), Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território, MCOTA – DGOTDU, Lisboa.

Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT', publicado em Janeiro 2020 pela Direção geral do Território (DGT), disponível no sítio eletrónico da DGT;

'Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0', DGT, 2021, disponível no sítio eletrónico da DGT;

'Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais', publicado em Dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT), disponível no sítio eletrónico da DGT;

'Guia orientador – revisão do PDM', Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Centro (CCDRC), 2019 - disponível no sítio eletrónico da CCDRC;

'Nota Técnica – A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA, datada de abril 2020, disponível no sítio eletrónico da APA;

'Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA, datada de abril 2020, disponível no sítio eletrónico da APA.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

Partidário, M.R. 2012. Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégia – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Elétricas Nacionais. Lisboa.

Partidário, M.R. 2007. Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégia – Orientações Metodológicas, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

Discussão Pública

Discussão Pública



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

DIVISÃO DE PLANEAMENTO

2023